

APL DO POLO NAVAL DE RIO GRANDE – UMA ANÁLISE DOS POSSÍVEIS GANHOS PARA A REGIÃO

WILLIAN SODRÉ LEAL¹; TAUANA KLUMB DA SILVA ²; ELIEZER PIRES ³;
ALISSON EDUARDO MAEHLER⁴

¹Universidade Federal de Pelotas – wsleal@outlook.com

²Universidade Federal de Pelotas – tauanaklumb@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – eliezer@emadjr.com.br

⁴Universidade Federal de Pelotas - alisson.maehler@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo descrever a disposição do APL (Arranjo Produtivo Local) do Polo Naval de Rio Grande, levando em consideração sua organização, como se dá sua governança e os atores envolvidos nesse sistema de interação. Além disso, busca moldar uma argumentação sobre a influência dessa instalação, em relação aos benefícios econômicos, políticos e/ou sociais, gerados para os atores envolvidos nesse conjunto.

Para isso, expõe-se uma determinada noção, de forma sucinta, da organização dos APLs no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul, visando entender o funcionamento de um Arranjo Produtivo Local e, conseqüentemente, os ganhos que são agregados à sua forma inovadora de interação dos membros participantes.

2. METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado foi a pesquisa documental, através da análise de dados secundários (artigos, projetos sobre o mapeamento de APLs, livros e páginas da *web* sobre o APL Naval). Teve como base, arquivos publicados nos últimos 10 anos. É um estudo exploratório, descritivo, com o objetivo de transcrever alguns fatores benéficos nos quais a interação, dentro do sistema de APL, pode acarretar aos seus contribuintes.

De acordo com Costa (2010, p.126), um APL é:

[...] espaço social, econômico e historicamente construído através de uma aglomeração de empresas (ou produtores) similares e/ou fortemente inter-relacionadas, ou interdependentes, que interagem numa escala espacial local definida e limitada através de fluxos de bens e serviços. [...] há sujeitos com distintos graus de poder e com projetos territoriais diversos, e muitas vezes antagônicos. [...] o termo se refere à concentração de quaisquer atividades similares ou interdependentes no espaço, não importando o tamanho das empresas, nem a natureza da atividade econômica desenvolvida [...].

Vilpoux e Oliveira (2010) também levam em consideração um fator crucial para a organização desse tipo de sistema: **a governança**, que nada mais é do que a maneira de coordenação entre ou dentre as organizações. E é essa governança que irá definir a relação entre os participantes distintos, dentro da cadeia, de forma horizontal ou vertical.

Em resumo, entende-se que um APL é um aglomerado de empresas, com uma mesma especialidade, num mesmo segmento, dentro de uma mesma região.

Costa (2010) baseia-se em um levantamento feito em 2005, pelo MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), para apontar a existência de 958 APLs no Brasil, dentre os quais, 83 deles estão localizados na Região Sul.

Referente a situação do Rio Grande do sul, Tatsch et. Al. (2014) diz que:

A identificação dos APLs existentes no estado e que recebem apoio foi realizada com base nas informações obtidas junto aos organismos [...], tais como SEDAI, SEBRAE RS, diferentes Ministérios do Governo Federal e outros. [...] O resultado desse processo é a lista de 33 APLs que atualmente recebem apoio de políticas [...]. Observa-se, portanto, que grande parte do território gaúcho apresenta APLs identificados e apoiados de diversos segmentos produtivos (primário, secundário e terciário).

Dentre estes APLs, está o nosso objeto de estudo, o APL Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande e Entorno | RS. Segundo o mesmo (2014, s/p):

O APL Pólo Naval e *Offshore* de Rio Grande e Entorno surgiu em 2013 [..].

A partir de então, sob a coordenação da Universidade Federal do Rio Grande – FURG foi iniciada uma intensa mobilização de atores locais e regionais para a constituição deste APL [...].

O APL tem como principal objetivo aumentar a eficiência das empresas localizadas no arranjo, promover o adensamento produtivo na região e mitigar as externalidades negativas do desenvolvimento econômico.

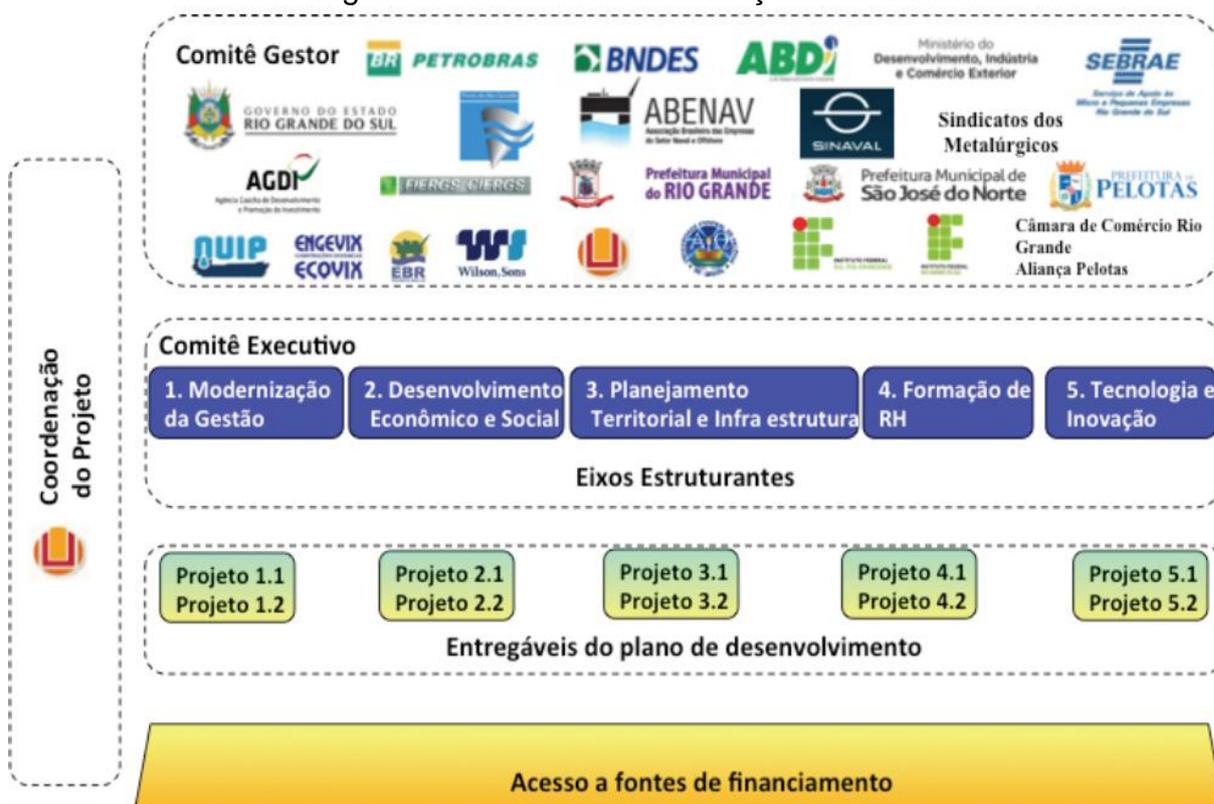
A Governança do APL Pólo Naval do Rio Grande e Entorno está estruturada em três níveis: Comitê Gestor, Comitê Executivo e Secretaria Executiva.

Considerando a Proposta para a instalação do APL, feita pela AGDI (Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento) (2013, p.15):

A coordenação do APL Rio Grande e entorno se dá por meio da participação e do apoio de empresas e instituições como Prefeituras municipais de Rio Grande, Pelotas, São José do Norte, Petrobras, Quip, Ecovix, Universidade Federal do Rio Grande, Universidade Federal de Pelotas, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Rio Grandense, Instituto Federal de (sic) do Rio Grande do Sul, Universidade Católica de Pelotas, SEBRAE/RS, SENAC/RS, SENAI/RS, Superintendência do Porto do Rio Grande, CDL-Pel e CDL-RG/SJN, além de 60 empresas fornecedoras de serviços demandados pelo arranjo.

Podemos observar à seguir, na Figura 1, o modelo de governança, ou seja, como ficou disposto a coordenação do projeto e os respectivos atores envolvidos nesse sistema:

Figura 1: Modelo de Governança do APL Naval



Fonte: Polo Naval e Offshore de Rio Grande e Entorno | RS

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a afirmação feita pelo governo do Estado do Espírito Santo (2014, s/p):

A opção estratégica pela atuação em APL decorre, fundamentalmente, do reconhecimento de que políticas de fomento a pequenas e médias empresas são mais efetivas quando direcionadas a grupos de empresas e não a empresas individualizada.

Partindo dessa proposição, no que se refere à colaboração e parceria entre empresas (do acerto pelo APL), conclui-se que há uma preferência, quanto a disposição de maiores e melhores investimentos, por parte dos organismos públicos, à um grupo de empresa, do que para empresas individualizadas. Devido a isso, as empresas buscam associação e, conseqüentemente, geram uma maior concentração econômica em determinado local, fazendo com que, não só tenham uma maior abertura perante o mercado, mas também, gerando um incremento considerável na economia local, proporcionando maiores oportunidades, tanto de vínculos empregatícios, como em melhorias sociais e educacionais (pelos quais podemos citar os cursos profissionalizantes, buscados pelos novos profissionais que visam entrar no mercado de trabalho).

Em suma, a produção socioeconômica, cultural e técnica, originam ganhos mútuos: empresas ganham, por terem profissionais mais capacitados e a sociedade ganha por ter um reforço no nível de arrecadação de impostos e de vagas de emprego.

4. CONCLUSÃO

A instalação do Pólo Naval do Rio Grande despertou a necessidade por investimentos na região. Aliado ao fato da possibilidade de colaboração dos governos estadual e federal, surgiu a necessidade e a oportunidade de criação do APL Naval. Essa união de Empresas tem a possibilidade de gerar, quase que automaticamente, uma política de desenvolvimento regional, fazendo com que, não só a qualidade das condições sociais melhorem, mas também permitindo que tenha-se em mãos uma grande chance de agregar valor ao fator produtivo local, gerando empregos e aumentando a possibilidade de ter um ator mais capacitado perante sua carga de trabalho. Em síntese, possivelmente, as empresas podem contar com um retorno, quanto a geração de pessoal mais hábil e mais produtivo, tornando a adesão ao APL, uma relevante forma de gerar ganhos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA GAÚCHA DE DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO. **Proposta de arranjo produtivo local “polo naval e offshore de Rio Grande e Entorno**. Acesso em 02 jul. 2014. Disponível em: <http://www.agdi.rs.gov.br/upload/1372964246_APL%20Polo%20Naval%20e%20Offshore%20de%20Rio%20Grande%20e%20Entorno.pdf>

APL – **Polo naval e offshore**|RS. Disponível em: <<http://www.aplnavalriogrande.org>> Acesso em: 09 jul. 2014.

COSTA, E.J. M. **Arranjos produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. Brasília: Mais Gráfica Editora, 2010.

Governo do Estado do Espírito Santo – Secretaria de desenvolvimento. **O que são APLs**. Disponível em: <<http://www.sedes.es.gov.br/index.php/arranjos-produtivos-locais/o-que-sao-apls>> Acesso em: 13 jul. 2014.

TATSCH, A. L.; RUFFONI, J.; BATISTI, V. S.; GOSTINSKI, M.; SPAT, M. D.; MATOS, C. B. **Os Arranjos Produtivos Locais no Rio Grande do Sul: Mapeamento, Metodologia de Identificação e Critérios de Seleção para Políticas de Apoio**. Relatório de Pesquisa. Disponível em: <<http://www.aplnavalriogrande.org/media/upload/files/Os%20APLs%20no%20Rio%20Grande%20do%20Sul%20Mapeamento%20C%20Metodologia%20de%20Identificacao%20e%20Crit%20rios%20de%20Selecao%20para%20Pol%20ticas%20de%20Apoio.pdf>> Acesso em: 12 jul. 2014.

VILPOUX, O. F.; OLIVEIRA, E. J. Instituições informais e governanças em arranjos produtivos locais. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p.88-111, 2010.